



Artigo

A institucionalização das discussões de gênero nas universidades: reflexões a partir das grades curriculares das graduações em Psicologia na cidade de São Paulo

The institutionalization of gender discussions in universities: reflections through the curriculum of Psychology graduate courses in the city of São Paulo

La institucionalización de las discusiones de género en las universidades: reflexiones a partir de las mallas curriculares de los grados en Psicología en la ciudad de São Paulo

L'institutionnalisation des discussions de genre au sein des universités: réflexions à partir des programmes des cours de premier cycle en Psychologie dans la ville de São Paulo

Beatriz Besen¹, Mariana Fagundes de Almeida Rivera², Diego Amaral Penha³, Lara Mundim Moreira⁴, Anielson de Souza Costa, ⁵Daniel da Silva Taranta⁶ e Soraia Ansara⁷.



¹ Psicóloga e mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, e mestranda em Estado, Governo e Políticas Públicas na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, São Paulo, Brasil.

E-mail: bia_besen@hotmail.com

² Psicóloga e mestre no Programa de Pós-Graduação Psicologia Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail: mariana.rivera@usp.br

³ Psicólogo e mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, pesquisador do Grupo de pesquisa Sujeito, sociedade e política em psicanálise e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: penhadiego@yahoo.com

⁴ Psicóloga pela Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, e Universidade do Porto, Portugal, e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: larammoreira@gmail.com

⁵ Enfermeiro pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão, Caxias, MA, Brasil, e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Obstetrícia e Ginecologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: annielson.costa@usp.br

⁶ Psicólogo pela Universidade São Marcos, São Paulo, SP, Brasil, e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: taranta@usp.br

⁷ Filósofa graduada no Centro Universitário Assunção, São Paulo, SP, Brasil, mestra e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, e professora no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: soraiansara@hotmail.com

Resumo O presente artigo propõe uma reflexão acerca da importância da institucionalização da discussão de gênero no interior das universidades, a partir de um levantamento da ocorrência do termo “gênero” nos títulos e ementas das disciplinas que compõem as grades curriculares dos cursos de graduação em Psicologia da cidade de São Paulo. As universidades gozam de autonomia didático-científica, e pressupõe-se que sejam agentes de desenvolvimento social, estimulando a construção de um pensamento e conhecimento crítico-reflexivos. Constatou-se que, mesmo com políticas e diretrizes que definem a inclusão da discussão de gênero nos currículos, a quase ausência de disciplinas com o termo “gênero” em seus títulos ou ementas indica que tal debate não está instituído nos cursos de Psicologia da cidade de São Paulo.

Palavras-Chave: Universidade; Currículo; Psicologia; Gênero; Educação.

Abstract This article proposes a reflection on the importance of institutionalizing the discussion of gender within universities from a research about the occurrence of the term "gender" in the titles and synopses of the disciplines in the curricular grids of Psychology graduate courses in the city of Sao Paulo. Universities have didactic-scientific autonomy, and supposed to be agents of social development, stimulating the construction of critical-reflective thinking and knowledge. It was found that, even with policies and guidelines that define the inclusion of the gender discussion in the curriculum, the almost absence of disciplines with the term “gender” in their titles or synopses indicates that this debate is not instituted in the Psychology courses in the city of Sao Paulo.

Keywords: University; Curriculum; Psychology; Gender; Education.

Resumen

Este artículo propone una reflexión sobre la importancia de la institucionalización de la discusión de género en las universidades, a partir de una investigación sobre la ocurrencia del término "género" en los títulos y resúmenes de las asignaturas de las mallas curriculares de los grados en Psicología en la ciudad de San Pablo. Las universidades tienen autonomía didáctico-científica, y se supone que sean agentes de desarrollo social, estimulando la construcción de un pensamiento y conocimiento crítico-reflexivos. Se observó que, incluso con políticas y directrices que definen la inclusión de la discusión de género en las mallas curriculares, la casi ausencia de asignaturas con el término "género" en los títulos y resúmenes indica que dicho debate no está instituido en los cursos de Psicología de la ciudad de São Paulo.

Palabras Clave: Universidad; Currículo, Psicología, Género, Educación.

Resumé

Cet article propose une réflexion sur l'importance d'institutionnaliser la discussion du genre au sein des universités, à partir d'une enquête sur l'occurrence du terme «genre» dans les titres et menus des disciplines qui composent les cursus des cours de premier cycle en psychologie de la Ville de Sao Paulo. Les universités jouissent d'une autonomie didactique et scientifique et sont supposées être des agents du développement social, stimulant la construction d'une pensée et de connaissances critiques et réfléchies. Il a été constaté que, même avec des politiques et des lignes directrices qui définissent l'inclusion de la discussion sur le genre dans les programmes, la quasi-absence de disciplines avec le terme «genre» dans leurs titres ou menus indique qu'un tel débat n'est pas institué dans les cours de psychologie de la ville de Sao Paulo.

Mots-Clés: Université; Programme d'Études; Psychologie; Genre; Educación.

Introdução

As discussões sobre “gênero” têm sido território de disputa no Brasil, constituindo um campo estratégico de ataques conservadores, que se formalizam por meio do discurso sobre a necessidade de blindagem da educação contra a “ideologia de gênero” (Teixeira, 2013). Considerando as recentes investidas nesse sentido, mostram-se urgentes as pesquisas e reflexões sobre a participação das universidades no debate sobre o tema.

O presente artigo propõe uma reflexão acerca da importância da institucionalização da discussão de “gênero” nas universidades, a partir de uma pesquisa desenvolvida, em 2018, no contexto da disciplina de pós-graduação de Preparação Pedagógica em Psicologia Social, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Nesta pesquisa, levantou-se a ocorrência do termo “gênero” nos títulos e ementas das disciplinas que compõem as grades curriculares dos cursos de graduação em Psicologia da cidade de São Paulo.

Considerando que as faculdades e universidades são espaços educativos, definidos e instituídos por meio de políticas públicas, pressupõe-se que sua grade curricular deveria refletir o que se tem discutido e acordado nas esferas públicas sobre a Educação e sobre as questões de

gênero. As universidades gozam de autonomia didático-científica, o que reforça o compromisso de que se constituam enquanto espaço do livre pensar e do debate sobre direitos humanos e desenvolvimento social.

Além disso, a partir da transição democrática e do estabelecimento da Constituição de 1988 no Brasil - aumenta-se sistematicamente a presença e atuação dos profissionais de Psicologia em instituições públicas, especialmente na saúde e assistência social (Yamamoto & Oliveira, 2010). Conforme apresentado por Jaqueline Moraes Teixeira (2013) e Scheliga (2011), as instituições neopentecostais se tornaram parceiras do Estado e com isso assumiram uma parte importante da gestão de equipamentos de assistência social, especialmente aqueles voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica. A Psicologia aparece assim como uma área estratégica de atuação, incluída em praticamente todos os equipamentos da assistência social e saúde pública, sendo possível sua influência nos discursos e compreensões acerca das desigualdades de gênero na sociedade. Nesse sentido, os cursos de Psicologia, como sugere o Conselho Federal de Psicologia (2013) devem se guiar por “um projeto ético-político de formação para a área”, contemplando em seus currículos temas e questões atuais, que orientem a formação do profissional de Psicologia comprometido crítica e politicamente com as necessidades e a realidade da população brasileira. O debate da questão gênero no desenvolvimento da área é uma temática fundamental para se compreender as relações sociais e para um processo de reflexão crítica sobre a sociedade atual.

Dessa forma, o presente artigo se inicia com um breve quadro da Educação e do Ensino Superior no Brasil, por meio da contextualização das definições constitucionais e da autonomia universitária. Em seguida, apresentam-se definições de gênero com as quais se trabalhou (Scott, 1995; Vance, 1995; Moore, 1997; Safiotti, 2001; Pinto, 2003; Haraway, 2004; Carvalho, 2015), assim como suas relações com a Psicologia enquanto saber e profissão.

Por fim, apresentam-se os dados coletados na pesquisa que revelam uma baixa incidência do termo “gênero” nas ementas e disciplinas dos cursos de Psicologia da cidade de São Paulo. Propõe-se uma análise de tal resultado como reflexo da não institucionalização do termo (Foucault, 1975/2014, 2014; Castoriadis, 1982) nesses cursos de Psicologia. Aponta-se, então, a relevância da discussão sobre gênero nas Universidades para além dos espaços extra-curriculares, o que permite, nas considerações finais, relacionar estes pontos a um contexto em que se observa ampliação do discurso conversador no Brasil.

1. Educação e Ensino Superior no Brasil

A partir da democratização do país na década de 1980, instituiu-se um modelo de Estado de Bem-Estar Social, que tem um caráter institucional redistributivo e busca a garantia da equidade e a inclusão de novos segmentos da população na esfera do atendimento estatal como forma de extensão da cidadania social e política (Farah, 1999). A consolidação deste processo se traduz na Constituição Federal de 1988, na qual se definiu, pelo artigo 205, a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”. Seguindo esta proposição, o ensino básico passou a ser, ao

mesmo tempo, um direito e um dever de todos e o Estado comprometeu-se a garanti-lo. No entanto, isso não se aplica a todas as etapas da Educação. A garantia se refere ao Ensino Fundamental, acompanhada de uma progressiva universalização do Ensino Médio gratuito. Em relação ao Ensino Superior, a Constituição Federal de 1988 fornece interpretações diversas quanto aos desdobramentos em relação ao papel do Estado. Aqui, no entanto, interessam especificamente dois temas: as regulações de acesso e a autonomia universitária.

Ao não se garantir acesso integral ao Ensino Superior público, Faculdades e estabelecimentos privados - lucrativos e não-lucrativos - ganham espaço. Desse modo, ocorre uma regulação em relação ao acesso ao Ensino Superior:

analise-se o direito ao acesso à educação superior, que não é garantido, somente que o ingresso deveria ser conforme o mérito intelectual, e sua aferição por instrumentos publicizados anteriormente; também em relação à gratuidade, a garantia existe somente em relação às entidades estatais. Não há garantia formal de ampliação do quadro dessas instituições, ou de bolsas a serem concedidas a alunos carentes, obrigatoriamente, na Constituição. Atualmente, portanto, o direito à educação superior na Constituição Federal pode ser considerado como direito fundamental, mas de proteção mais frágil, cujos instrumentos precisam ainda ser desenvolvidos através de estudos teóricos e especialmente da sua aplicação concreta pelos tribunais (Cezne, 2006: 130).

O ingresso ao Ensino Superior é feito através dos vestibulares, exames que teriam por objetivo garantir uma seleção justa entre os interessados em ingressar em um curso superior. Assim, eles estariam de acordo com o que é estabelecido na Constituição sobre o direito de acesso igualitário, apenas condicionado às capacidades de cada um:

Há a previsão de acesso aos níveis mais elevados de ensino condicionado às capacidades de cada um (conforme o inciso V do art. 208), havendo a necessidade de se tornar pública a forma e os critérios de seleção utilizados, tanto em relação às instituições públicas quanto privadas (obrigatoriedade explicitamente prevista no art. 44, II da Lei 9394/96- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e no Decreto 2207/97, art. 12) (Cezne, 2006: 122).

A ideia de capacidades pode ser, no entanto, questionada, e a necessidade de publicizar o sistema de ingresso parece estar longe de garantir que este seja um sistema justo. Diante da gratuidade e da qualidade das universidades públicas, o número de candidatos para todos os cursos costuma ser muito maior do que as vagas disponíveis, o que gera competição, observando-se ainda a reprodução de desigualdades. A exemplo dos cursos de Psicologia aqui analisados, a Universidade de São Paulo teve, em 2017, 61,1 candidatos por vaga.

É possível pensar nas consequências deste sistema em termos de que a educação formal passa a ter caráter de meio, e não fim, tornando-se uma preparação para algo futuro e não uma formação cidadã e política para também atuar no presente. A instituição de ensino, quando se adapta (ou se submete) a tal realidade, deixa escapar uma de suas funções primordiais. Auroux (1992) traz uma visão de conhecimento que pode, de certa forma, começar a desconstruir essa estrutura:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como o horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina, ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (Auroux, 1992: 11).

O currículo pode ser compreendido como a institucionalização de um projeto de saber, que escolhe e organiza os conhecimentos a serem construídos e consolidados. Trata-se de um instrumento produzido socialmente por meio das relações e interações sociais entre os sujeitos, organizado ideologicamente e constituído a partir das concepções de ciência e de sociedade de quem os elabora.

Não à toa, os ensinamentos do atual patrono da educação brasileira, Paulo Freire, são combatidos e seu nome se tornou símbolo de oposição ao modelo de educação proposto pelo atual governo federal. A educação crítica e emancipadora que Freire propõe diz respeito a uma educação politicamente comprometida, que parta dos saberes locais, que prepare estudantes para uma leitura de mundo, para a consciência da luta de classes, e para uma transformação da realidade (Freire, 1987). Educação para consolidação do reconhecimento e para a busca de igualdade, com esperança de romper regulações sociais que normatizam pessoas e corpos, assim como as relações entre elas e delas com seus corpos.

Em consonância com a perspectiva de construção de uma Educação mais humanizada e de um conhecimento mais vinculado à realidade histórica do Brasil destacam-se dois Planos Nacionais. Um deles é o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH – (Brasil, 2007) que estabelece o fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras. Outro é o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM – de 2013-2015, que:

estabelece a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero (na perspectiva interseccional) para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; a ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e superior, especialmente nas áreas científicas e tecnológicas (nas ciências duras), por meio de políticas de ação afirmativa e assistência estudantil; a produção de conhecimentos sobre as relações sociais de gênero na perspectiva interseccional, através do apoio aos núcleos de estudos de gênero das universidades públicas; a inclusão da temática de gênero e diversidade nos currículos da educação básica; e a formação continuada em gênero e diversidade de gestores/as, servidores/as públicos/as, profissionais da educação e estudantes de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (De Carvalho & Rabay, 2015:124).

Observa-se que o Ensino Superior também está incluído no objetivo do Plano e, portanto, seus reflexos deveriam ser observáveis nas grades curriculares das universidades. Porém, o artigo 207 da Constituição de 1988 define que as universidades gozam do que é chamado de

autonomia universitária: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988, art. 207). A autonomia é valiosa e tem em sua origem a luta pela universidade como espaço do livre pensar, em que a multiplicidade de perspectivas teórico-metodológicas se faz presente para produção de conhecimento e ciência conectados a realidade do país. No entanto, também abre margem para distintas interpretações, inclusive jurídicas, quanto à adoção e desdobramentos dos Planos e das normativas federais. A autonomia universitária é discutida por Limongi (2000) que busca estabelecer o que seria o compromisso de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:

O art. 207 da Constituição exige das entidades de ensino superior que se dediquem ao ensino, à pesquisa e à extensão. Vale dizer: à transmissão dos conhecimentos, à pesquisa de novos saberes e à interligação com as necessidades do desenvolvimento de nosso país. A instituição universitária deve ser depositária do saber, mas deve também ser capaz de criticar esse saber, para fazê-lo evoluir a serviço da sociedade humana e deve formar profissionais capazes de cumprir com suas responsabilidades para com a sociedade e para com o próprio conhecimento humano. Vê-se que a reflexão sobre a autonomia universitária remete-nos de volta ao sentido maior que se espera das instituições de ensino superior(...). Nesse quadro a autonomia universitária é importante e muito atual, pela responsabilidade que a acompanha e porque a autonomia não é um fim em si mas um meio para que a instituição universitária possa bem cumprir com suas finalidades (Limongi, 2000:39-40).

Assim, esse vínculo entre ensino-pesquisa-extensão exigiria que os saberes estivessem vinculados à realidade histórica e, nesse sentido, refletissem não só o que tem sido apontado nos Planos Nacionais como temas norteadores, mas também o que tem sido pauta e questionamento nos âmbitos político e social. A discussão das desigualdades de gênero, que ocupam recorrentemente o âmbito político, é um exemplo do que poderia estar contemplado nos currículos das universidades. Como afirmam Carvalho e Rabay (2015: 122), “(...) gênero não se transversalizou nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da área de educação, nem tampouco nos currículos dos demais cursos superiores”. Tal constatação possibilitou que investigássemos, alguns anos depois (2018), essa mesma questão acerca dos cursos de graduação em Psicologia, conforme discorreremos neste artigo. Ressalta-se ainda que, no caso da Psicologia, a atuação de muitos profissionais está vinculada às violências e sofrimentos baseados na desigualdade de gênero, evidenciando ainda mais a conexão entre o tema e a profissão.

2. Gênero e Psicologia

Num sentido crítico e político, o conceito de gênero foi articulado, contestado e teorizado no contexto dos movimentos de mulheres feministas no pós-guerra (Haraway, 2004). As ciências sociais trabalharam por muito tempo com a ideia do determinismo biológico, inclusive em relação à sexualidade e ao gênero. Antropólogas feministas, avaliando e combatendo tais argumentos, salientaram a importância da distinção entre “sexo biológico” e “gênero” (Moore, 1997). Vance (1995) destaca o papel das feministas acadêmicas e ativistas na implementação de um projeto de repensar o gênero, o que teve grande impacto sobre as noções do que é natural. Esses esforços feministas se concentraram em uma revisão crítica das teorias que usavam a reprodução para ligar o gênero à sexualidade, o que explicaria a inevitabilidade e naturalidade da subordinação das mulheres.

Nos anos 1970, novas evidências etnográficas sobre a diversidade de sentidos assumidos pelas categorias “mulher” e “homem”, em diferentes contextos culturais, tornaram possível demonstrar que as diferenças biológicas entre os sexos não podem constituir uma base universal para definições sociais. Ou seja, não se pode afirmar que as diferenças biológicas determinam construções de gênero, tanto quanto não pode existir um sentido unitário ou essencial atribuível às categorias “mulher” e “homem”. Assim, dados culturais comparados foram muito importantes para o desenvolvimento da análise feminista, pois forneceram a evidência empírica para demonstrar que as diferenças de gênero e as relações de gênero são cultural e historicamente variáveis.

Muitos textos de ciências sociais tinham, no entanto, uma tendência de assumir que as categorias de gênero e os sentidos de gênero são artifícios culturais destinados a compreender e gerir o fato óbvio das diferenças sexuais binárias, suposição implícita de que as diferenças sexuais biológicas binárias são subjacentes às categorias de gênero e às relações de gênero, mesmo que não as determinem. Argumentos desse tipo ainda postulam uma distinção radical entre sexo (biológico) e gênero (culturalmente construído) (Moore, 1997). Como escreve Haraway (2004: 218), “(...) ‘biologia’ tendia a denotar o corpo em si mesmo, e não um discurso social aberto à intervenção”.

Para Moore (1997), não apenas o gênero, mas também o sexo é socialmente construído, um em relação ao outro. Corpos, processos psicológicos, partes do corpo, relações sexuais e a reprodução humana não são processos fisiológicos apenas, mas atividades sociais que não têm sentido fora das suas compreensões socialmente construídas. A partir de etnografias do final do século XX, constatou-se que muitas sociedades têm mais de um modo de conceituar e classificar gênero, e que esse fato tem sido obscurecido pela dependência das ciências sociais em relação a um modelo de gênero que enfatiza a natureza fixa e binária da diferença sexual. O problema da categorização sexual binária, ou seja, a determinação de duas categorias fixas e mutuamente exclusivas de sexo, a fêmea e o macho, é um efeito do discurso cultural ocidental que tem uma relação mutuamente constitutiva com o discurso biomédico (Moore, 1997).

Haraway (2004) afirma que, ainda que com grandes divergências, todos os significados modernos de gênero têm suas raízes na observação conhecida de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher”. Gênero, assim, seria um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual de diferentes formas e em diversos terrenos da luta feminista.

“A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais ‘homens’ e ‘mulheres’ são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo” (Haraway, 2004: 211).

Como aponta Saffioti (2001), gênero não deve constituir uma camisa de força, prescrevendo um destino inexorável, mas cada pessoa deve poder desfrutar de certa liberdade para escolher a própria trajetória. Esta autora também salienta que não é possível posicionar-se fora das matrizes de gênero (tomando emprestado os trabalhos de Judith Butler), ou seja, homens e mulheres, cis ou trans, estão posicionados nas relações de poder (aqui, Saffioti retoma Joan Scott, que defende que gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder).

É nesse âmbito que a questão do uso e da presença de determinados termos e nomeações transforma-se em um tópico caro para a Psicologia no que tange à conceitualização e absorção das discussões sobre gênero no campo social e político. Ambra (2017) aponta para a “nomeação” como questão fundamental nas pautas feministas e LGBTQ+, principalmente relacionada à problemática do reconhecimento e representatividade.

Nesse sentido cabe retomar, conforme apontado por Ambra (2017), a figura de Karl-Maria Kertbeny, que supostamente teria cunhado o termo “homossexual”, em oposição aos modos morais de nomear determinadas relações erótico-afetivas como “sodomia”, “vício terrível”, “crime contra a natureza”, “degenerado”, “perversos”, “invertidos”, entre outros. Tendo a tradução como ofício, Kertbeny escreveu no anonimato “(...) diversos panfletos que versavam sobre a descriminalização da homossexualidade” (Ambra, 2017: 89) em 1869.

Essa pequena digressão auxilia no reconhecimento da importância da disputa discursiva em relação às transformações sociais e políticas. Termos que hoje podem aparentar serem apenas nomes presentes e naturalizados nas discursividades são efeitos de disputas discursivas históricas nas quais diferentes projetos de sociedade são sedimentados ou jogados para escanteio juntamente com suas próprias formas de nomeação. No Brasil, o termo “gênero” e seus usos têm sido território de disputa por meio dos quais projetos políticos têm sido elaborados em torno de concepções conservadoras que buscam blindar-se do que eles chamam de “ideologia de gênero”, ou de pautas progressistas que visam a sedimentação de chapas partidárias que estejam mais engajadas em questões de representatividade e equidade de direitos.

A Psicologia, como campo do conhecimento, produtora de saberes acerca do psiquismo e da relação indivíduo-sociedade, deve ter o compromisso de refletir sobre as desigualdades sociais, inclusive aquelas advindas do gênero. Os movimentos feministas foram bastante responsáveis por trazer à tona estas demandas. Sem tomar “gênero” por “mulher”, como denunciado por Joan Scott (1995), é importante reconhecer que, no Brasil, os feminismos se organizaram “(...) a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público quanto no privado, acarreta consequências definitivas para a vida” (PINTO, 2003: 45), como por exemplo, os altíssimos índices de violência contra a mulher, o desemprego, os baixos salários, as duplas, triplas e quádruplas jornadas de trabalho (Alves, Cavenaghi, Carvalho & Soares, 2017).

Considera-se aqui também a perspectiva trazida por Jaqueline de Jesus (2013), que utiliza o termo “pessoas trans” para se referir a pessoas

que vivenciam papéis de gênero fora dos modelos normativos predominantes na sociedade, as quais se pode denominar genericamente como integrantes da população transgênero, composta predominantemente por travestis e transexuais, mas também por quaisquer outras pessoas que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente (Jesus, 2013: 1).

Aponta-se, então, para a dimensão do reconhecimento e dos direitos, tão negados às minorias – aqui, focalizadas àquelas relativas ao gênero, mas sem, no entanto, ignorar as diferentes intersecções de raça, classe, sexualidade, religião, geração. Silva (2007: 4) salienta, inclusive, as possibilidades de sofrimento que advém disso, “Ao que tudo indica, por um lado, quem ocupe algum lugar minoritário pode passar boa parte de sua vida pensando sobre seu lugar no mundo, sobre como esse lugar encontra-se determinado por outrem e concluir que esse lugar é fruto de sua imaginação, um exagero”.

As violências baseadas no gênero são recorrentes e estruturais desta sociedade e afetam principalmente mulheres cisgênero e pessoas trans. Suas consequências são campo de trabalho de profissionais da Psicologia, sobretudo nos serviços públicos de saúde e assistência social. Além disso, lidar com o adoecimento psíquico, seja nestes serviços, em consultório particular ou até mesmo em empresas privadas, atravessa as particularidades das diferentes vivências (e dificuldades) de gênero.

É importante salientar que, de acordo com uma pesquisa encomendada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) ao Instituto Ethos, 89% da categoria de profissionais da Psicologia é composta por mulheres (Lhullier, 2013). Essa predominância de mulheres na formação de profissionais da Psicologia, exige que a área esteja em consonância com os debates e desafios acerca das questões de gênero, proporcionando um olhar e posicionamento crítico diante da sociedade e daquele que sofre denunciando as discriminações e violências de diversas ordens. Ademais, como defendido por Silva (2011), o reconhecimento dos direitos de todos é um reconhecimento das dívidas sociais que “a democracia tem com quem não tem acesso ao reconhecimento”. Considera-se que a formação superior de profissionais da Psicologia deve ser lugar “de libertação, de desalienação e de produção de consciência política” (Silva, 2007: 5).

3. Ocorrência do termo “Gênero” em disciplinas de Psicologia na cidade de São Paulo

Apresenta-se aqui o mapeamento feito em maio de 2018 sobre a presença do termo “gênero” nas grades curriculares e disciplinas dos cursos de graduação em Psicologia da cidade de São Paulo. Inicialmente, por meio do portal eletrônico do Ministério da Educação (<http://emec.mec.gov.br/>), foram mapeadas todas as instituições de ensino superior no município de São Paulo que oferecem o curso de graduação em Psicologia, licenciatura ou bacharelado. Foram identificadas dezenove instituições e, a partir deste dado, em um primeiro momento, buscou-se nos sítios eletrônicos destas instituições as grades curriculares dos cursos de graduação em Psicologia, licenciatura ou bacharelado, a fim de se ter acesso aos títulos das disciplinas oferecidas, sejam obrigatórias ou optativas. Em seguida, buscou-se nesta lista aquelas disciplinas que continham o termo “gênero” em seus títulos. No entanto, diante do resultado de apenas uma disciplina contendo o termo em seu título, a busca foi ampliada. Assim, em um

segundo momento, buscou-se nos sítios eletrônicos das instituições as ementas das disciplinas e, então, realizou-se a busca pelo termo “gênero” no interior destas. Ressalta-se que toda a busca foi realizada apenas e exclusivamente por meio das informações disponibilizadas publicamente nos sítios eletrônicos das instituições de ensino identificadas.

Das dezenove instituições de ensino superior identificadas, dezoito eram privadas e apenas uma pública. Todas as instituições oferecem formação de bacharelado em Psicologia e três oferecem também a habilitação de licenciatura em Psicologia. Dentre as instituições pesquisadas, o acesso total à grade de disciplinas pelo sítio eletrônico foi possível em dezesseis destas. Em duas delas foi obtido acesso parcial e em uma não foi possível nenhum acesso à grade (vale ressaltar que em uma das instituições foi possível o acesso apenas à grade referente à formação em bacharelado, não sendo possível tomar conhecimento da grade referente à formação em licenciatura). O acesso às ementas das disciplinas, por sua vez, foi possível em apenas três cursos de duas instituições (Tabela 1).

Tabela 1 - Mapeamento de instituições de ensino superior no município de São Paulo que oferecem o curso de graduação em Psicologia, licenciatura ou bacharelado e o acesso à grade curricular e às ementas pelo sítio eletrônico.

Instituição de Ensino Superior	Pública Privada	Grau	Acesso à grade curricular	Acesso às ementas
Centro Universitário Adventista de São Paulo	Privada	Bacharelado	Parcial	Não
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Centro Universitário de São Paulo Uni São Paulo	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Centro Universitário Paulistano	Privada	Bacharelado	Sim	Não
	Privada	Licenciatura	Não	Não
Centro Universitário São Camilo	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Faculdades das Américas	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Universidade Anhanguera de São Paulo	Privada	Bacharelado	Parcial	Não
Universidade Anhembi Morumbi	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Universidade Brasil	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Universidade Cidade de São Paulo	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Universidade Cruzeiro do Sul	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Universidade de São Paulo	Pública	Bacharelado	Sim	Sim
		Licenciatura	Sim	Sim
Universidade Ibirapuera	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Universidade Nove de Julho	Privada	Bacharelado	Não	Não
Universidade Paulista	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Privada	Bacharelado	Sim	Sim (apenas obrigatórias)
Universidade Santo Amaro	Privada	Bacharelado	Sim	Não
Universidade São Judas Tadeu	Privada	Licenciatura	Não	Não
	Privada	Bacharelado	Sim	Não

No primeiro momento, buscou-se o termo gênero no nome das disciplinas. Dentre as dezenove instituições, o termo foi encontrado numa única instituição (privada) e em apenas uma disciplina, denominada: "Gênero e Sexualidade: Jung, Moreno e Psicopatologia". A disciplina ofertada é eletiva, ou seja, não obrigatória ao estudante de graduação, e exclusivamente teórica, sendo oferecida somente no período noturno.

No segundo momento (busca pelo termo "gênero" nas ementas das disciplinas), duas instituições foram identificadas, sendo uma pública e uma privada. Na instituição pública foram identificadas seis disciplinas que traziam o termo "gênero" em suas ementas no curso de bacharelado e duas disciplinas no curso de licenciatura. Na instituição privada, foram identificadas duas disciplinas, ambas no curso de bacharelado (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2: Ocorrência do termo "gênero" nos títulos ou ementas das disciplinas dos cursos de graduação em Psicologia da cidade de São Paulo.

Instituição de Ensino Superior	Grau	Termo "gênero" no título da disciplina (número de disciplinas)	Optativa Obrigatória	Termo "gênero" na ementa da disciplina (número de disciplinas)
Centro Universitário Adventista de São Paulo	Bacharelado	Não	-	Não
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	Bacharelado	Não	-	Não
Centro Universitário de São Paulo Uni São Paulo	Bacharelado	Não	-	Não
Centro Universitário Paulistano	Bacharelado	Não	-	Não
	Licenciatura	Não	-	Não
Centro Universitário São Camilo	Bacharelado	Não	-	Não
Faculdades das Américas	Bacharelado	Não	-	Não
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Bacharelado	Sim (1)	Optativa (só noturno)	Não
Universidade Anhanguera de São Paulo	Bacharelado	Não	-	Não
Universidade Anhembi Morumbi	Bacharelado	Não	-	Não
Universidade Brasil	Bacharelado	Não	-	Não
Universidade Cidade de São Paulo	Bacharelado	Não	-	Não
Universidade Cruzeiro do Sul	Bacharelado	Não	-	Não
Universidade de São Paulo	Bacharelado	Não	-	Sim (6)
	Licenciatura	Não	-	Sim (2)
Universidade Ibirapuera	Bacharelado	Não	-	Não
Universidade Nove de Julho	Bacharelado	Não	-	Não
Universidade Paulista	Bacharelado	Não	-	Não
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Bacharelado	Não	-	Sim (2)
Universidade Santo Amaro	Bacharelado	Não	-	Não
Universidade São Judas Tadeu	Licenciatura	Não	-	Não
	Bacharelado	Não	-	Não

Tabela 3. Disciplinas oferecidas pelas instituições que apresentaram o termo "gênero" no título e ementas.

Instituição de Ensino Superior	Pública Privada	Grau	Disciplina com "gênero" no título	Disciplinas com "gênero" na ementa
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Privada	Bacharelado	Eletiva teórica - Gênero e sexualidade: Jung, Moreno e psicopatologia (Optativa)	
Universidade de São Paulo	Pública	Bacharelado	-	Psicologia Social II (Obrigatória) Psicofísica Clínica (Optativa) Prevenção e Promoção da Saúde no Campo da Sexualidade I (Optativa) Prevenção e Promoção da Saúde no Campo da Sexualidade II (Optativa) Psicologia Social: Intercultura e Raça/Etnia (Optativa) Trabalho, Diversidade e Exclusão (Optativa)
		Licenciatura		Política e Organização da Educação Básica no Brasil (Obrigatória) Didática (Obrigatória)
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Privada	Bacharelado	-	Sociologia (Obrigatória) Psicologia Comunitária (Obrigatória)

É possível observar que, entre as instituições que tivemos acesso à ementa das disciplinas, apenas a Universidade de São Paulo e a Universidade Presbiteriana Mackenzie apresentam o termo “gênero” em ementas de disciplinas. No caso da primeira, há 4 disciplinas optativas e 2 obrigatórias; já na segunda, ambas são obrigatórias. Não é possível identificar um padrão nos títulos das disciplinas; os únicos termos que se repetem são Psicologia Social, em dois dos títulos das disciplinas e Prevenção e Promoção no Campo da Sexualidade em que há I e II.

4. A institucionalização da discussão de gênero nos currículos

Pressupõe-se que a presença ou não do termo “gênero” no título de disciplinas das grades curriculares dos cursos de Psicologia no ensino Superior da cidade de São Paulo oferece indícios sobre a institucionalização das discussões acerca da questão de gênero na formação de profissionais da área. Para tal argumentação, recorre-se a Castoriadis (1982) e à noção dialética de instituído-instituente para verificação de como se presentificam as significações nas organizações sociais tais como instituições. A noção de dispositivo presente em Foucault

(1975/2014; 2012), auxilia a compreender a dinâmica de forças entre o que Castoriadis nomeou de o instituído (forma) e o instituinte (processo). O recurso a Foucault aqui é essencial no sentido em que descreve os modos pelo qual o que é instituinte, pode se tornar instituído e principalmente compreendendo os custos deste processo.

A pressuposição de que a presença do termo “gênero” nos títulos e ementas das disciplinas possa significar uma espécie de absorção da questão de gênero na formação de profissionais da Psicologia é possível quando se compreende que há em qualquer instituição uma disputa discursiva pelo poder constante entre forças que ora se opõem, ora se articulam e ora se transformam. As instituições de ensino são organizações sociais, políticas e econômicas que têm por objetivo formar profissionais para o mercado de trabalho, e nesse sentido exercem uma função tripla em relação ao trabalho: função produtiva; função simbólica e função disciplinar (Foucault, 2012: 338). As grades curriculares, a maneira como são escritas e formalizadas dão o indício institucional do que se tornou o discurso oficial – discutido e aprovado – do curso e da instituição.

Quando pesquisadas as grades curriculares e as ementas dos cursos de Psicologia do ensino superior de uma cidade como São Paulo, teve-se acesso a diversos sinalizadores que demarcam os parâmetros históricos, políticos e sociais de como eles acabaram sendo institucionalizados em um polo universitário do país. A presença ou ausência de determinados termos sinalizam a possibilidade de presença ou ausência de determinados traços de debates que marcaram a história da profissionalização da Psicologia no Brasil. Da mesma forma que encontrar a presença maciça de disciplinas de Psicanálise nestes cursos indica a dominação histórica da linha teórico-discursiva na formação, a quase ausência de disciplinas que tenham como proposta discutir as questões que circundam o termo “gênero”, indicam a probabilidade de que estas discussões também estejam quase ausentes, no mínimo de forma institucionalizada, no máximo ocorrem de maneira instituinte.

Compreende-se, no entanto, que a formação na educação superior não se dá pura e simplesmente no contexto da sala de aula e/ou em torno das disciplinas da grade curricular, sejam elas obrigatórias ou não. A participação de estudantes em atividades extracurriculares, como grupos de estudos, iniciação científica, projetos de extensão universitária, coletivos de estudantes, centros acadêmicos, etc., são também espaços de formação destas pessoas enquanto profissionais e muitas discussões mais atualizadas ocorrem, na realidade, nestes espaços. Todavia, a presença do termo “gênero” em uma grade não significa que necessariamente o tema esteja sendo abordado com profundidade crítica e seja uma discussão marcante na formação de estudantes. Não se supõe também que a baixa ocorrência do termo indique a total negligência da instituição, de docentes e estudantes em relação à questão. O que se busca aqui demarcar está relacionado à especificidade abordada no que se refere aos sinais de institucionalização da questão de “gênero”, (sua ausência nos currículos oficiais”), pressupondo que tal discussão pode estar presente enquanto questão instituinte em grande parte das instituições de ensino superior que oferecem o curso de Psicologia. Quem sabe o debate sobre o tema gênero diga algo sobre a melhora das relações entre os atores sociais envolvidos no processo educativo e sobre a apropriada inserção da universidade na comunidade onde está inserida. Mas esse jogo mais participativo que democratiza a educação é difícil e demanda maior abertura a igual maneira que ocorre nos outros níveis educacionais (Silva 2007; Silva & Ansara, 2014). Gênero, raça e orientação sexual são elementos que afrontam conservadorismos (D’Addio & Silva, 2012) e necessitam ser melhor abordados na educação superior.

Parte-se do pressuposto de que há nestas instituições uma disputa discursiva pelo poder, na qual o estabelecimento de disciplinas e programas curriculares, bem como a formulação de ementas e escolha das bibliografias seja um território de disputa entre saberes, discursos e valores conflitantes. Sejam as disputas em âmbito nacional com os órgãos reguladores como o Ministério da Educação, ou as disputas internas específicas de cada instituição, o campo discursivo hegemônico e marginal dos cursos de Psicologia estão sempre tendo seus elementos se reorganizando estrategicamente em uma disputa de poder.

Considerações Finais

A pesquisa permitiu constatar que, dentre todas as grades curriculares dos cursos de graduação em Psicologia da cidade de São Paulo acessíveis online, não há nenhuma disciplina obrigatória que apresenta o termo “gênero” em seu título. Identificou-se apenas uma disciplina optativa e outras oito ocorrências do termo “gênero” na ementa de disciplinas concentradas em apenas duas universidades. Mesmo com normas e legislações sobre a necessidade de inclusão do assunto no conteúdo acadêmico, pode-se entender que a baixa oferta de disciplinas que contenham o termo “gênero” no nome ou na ementa é um indicativo de que os debates e estudos sobre gênero não estão instituídos nos cursos de Psicologia da cidade de São Paulo. Tal ausência pode trazer consequências para a formação e práticas de profissionais da área que, em muitos casos, lidarão com questões e violações relacionadas à desigualdade de gênero.

A crise atual no Brasil e no mundo representada pela ascensão de discursos e partidos alinhados ao conservadorismo, representa implicações jurídicas, societárias e culturais. Eva Scheliga, em 2011, já realizava uma etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros, e registrava uma organização intencional para disputa de espaços de representação a nível federal, além de uma capilaridade de rede que buscava estar “onde o Estado não chega”. Esse processo atinge os Conselhos Federal e Municipais de Psicologia, nos quais novas chapas se organizam em torno de discursos conservadores e moralizantes. Jaqueline Teixeira, já em 2013, analisava como os discursos neopentecostais, cada vez mais, se centravam na prescrição de condutas e normas relativas ao corpo da mulher, e, dessa forma, adentravam a esfera pública de debate conduzindo a discussão sobre direitos humanos à defesa e preservação da família heterossexual.

Apesar de tal cenário, nos últimos anos também foi possível observar uma ampliação do número de coletivos feministas e LGBTs que atuam no interior das universidades e lutam contra as narrativas psicopolíticas da homofobia (D’Addio & Silva, 2012; Silva & Ortolano, 2015). Apesar da organização ser extracurricular, tais coletivos pressionam as instituições para que discussões sobre gênero estejam presentes no currículo, além de promoverem espaços de escuta e acolhimento para as vítimas de violência. Desse modo, propõem novos discursos e novas maneiras de articulação, adentrando na disputa de poder no interior das universidades e faculdades de Psicologia na cidade de São Paulo. A pesquisa permitiu evidenciar que, mesmo

com tais avanços das lutas sociais, feministas e LGBTs, ainda há muito o que ser conquistado. Considera-se que a institucionalização das discussões sobre gênero no interior das universidades representaria mais um avanço nessas lutas, assim como na defesa dos direitos humanos no Brasil.

Referências Bibliográficas

- Alves, José Eustáquio Diniz., Cavenaghi, Suzana Marta., Carvalho, Angelita Alves de., & Soares, Maria Covre Sussai. (2017). Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. In: Blay, Eva Alterman, & Avelar, Lúcia (Orgs). *50 Anos de Feminismo*. Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Edusp, 15-55.
- Ambra, Pedro Eduardo Silva. (2017) *Das fórmulas ao nome: bases para uma teoria da sexuação em Lacan*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Auroux, Sylvain. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Acessado em 22 de abril de 2018, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- Brasil. (2007). Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano nacional de educação em direitos humanos*. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO.
- Carvalho, Maria Eulina P., & Rabay, Glória. (2015) Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(1), 312.
- Castoriadis, Cornelius. (1982). *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 418. Tradução de Guy Reynaud.
- Cezne, Andréa N. (2006). O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental. *Educação (UFSM)*. Revista do Centro de Educação, v. 31, n. 1, 115-132.
- Chai, Marilena. (2005). Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In Teixeira, Ana Claudia Chaves (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo, Instituto Polis, 22-30.
- Haraway, Donna. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, 201-246.
- Farah, Marta Ferreira Santos. (1999). Gênero e políticas públicas na esfera local de governo. *Organizações & Sociedade*, 6(14), 65-104.
- Foucault, Michel. (2012). *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado.
- Foucault, Michel. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes. Tradução de Raquel Ramallete. (Originalmente publicado em 1975).
- Freire, Paulo. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3.
- Jesus, Jaqueline Gomes. (2013). Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. *Anais do Fazendo Gênero*, v. 10, 1-10, 2013.
- Lhullier, Louise A. (org). (2013) *Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho*. 1 ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Limongi, Dante Braz. (2000). Atualidade da autonomia universitária (CF. Art. 207). *Direito, Estado e Sociedade*, n. 17, ago-dez, 2000. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica – Departamento de Direito, 39-40.
- Moore, Henrietta. (1997). *Compreendendo sexo e gênero*. Do original em inglês: “Understanding sex and gender”, in: Tim Ingold (ed) *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 813-830. Tradução de Júlio Assis Simões exclusivamente para uso didático.

- Pinto, Celi R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, Heleieth. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, 115-136.
- Silva, Alessandro Soares. (2007). Direitos Humanos e Lugares Minoritários: um convite ao pensar sobre processos de exclusão na escola. Em *Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Acessado em 22 de abril de 2018, de: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/11_soares.pdf
- Silva, Alessandro Soares. (2011). *Políticas Públicas, Educação para os Direitos Humanos e Diversidade Sexual*. Trivium, Rio de Janeiro, v. 3, 58-72. Acessado em 22 de abril de 2018, de: <https://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-i-ano-iii/artigos-tematicos/politicas-publicas-educacao-para-os-direitos-humanos-e-diversidade-sexual.pdf>
- Silva, Alessandro Soares da., & Ansara, Soraia. (2014) Escola e Comunidade: o difícil Jogo da participação. Em: Denise D'Aurea-Tardeli & Fraullein Vidigal de Paula. *Formadores da Criança e do Jovem – Interfaces da Comunidade Escolar*. São Paulo: Cengage Learning.
- Silva, Alessandro, & D'Addio, Thomaz (2012). Homofobia, violência e direitos humanos. Em Marco Almeida., Alessandro Silva., & Felipe Corrêa. https://www.researchgate.net/publication/344088028_Homofobia_Violencia_e_Direitos_Humanos *Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo: EACH/USP. Acessado em 22 de abril de 2018, de: https://www.researchgate.net/publication/344088028_Homofobia_Violencia_e_Direitos_Humanos
- Silva, Alessandro Soares da., & Ortolano, Fábio. (2015). Narrativas psicopolíticas da homofobia. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 7(1), 1-18. Acessado em 22 de abril de 2018, de: <https://dx.doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p1>
- Schelig, Eva L. (2011). *Educando sentidos, orientando uma práxis - etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Scott, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez, 71-99.
- Teixeira, Jaqueline M. (2012). *Da controvérsia às práticas: conjugalidade, corpo e prosperidade como razões pedagógicas na Igreja Universal*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Vance, Carole S. (1995). A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, vol. 5, n. 1, 7-31.

Recebido em 02/02/2018.
Revisado em 13/05/2018.
Aceito em 03/07/2018.